

Bancário agiu por conta própria

O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI do Orçamento, disse ontem que a quebra de sigilo bancário de deputados do Distrito Federal e de pessoas ligadas ao governador Joaquim Roriz foi feita por funcionários do Banco Central, por sua própria conta, sem o conhecimento da CPI. Uma quebra de sigilo bancário e fiscal, segundo Passarinho, somente poderia ser feita, legalmente, depois de votada a proposição em Plenário da comissão, coisa que não ocorreu com relação ao caso do governador Joaquim Roriz.

Tanto a quebra de sigilo bancário era completamente desconhecida da CPI, explicou Passarinho, que nada do que foi publicado através de um grande jornal do Rio, envolvendo o movimento das contas bancárias de pessoas ligadas ao governador do DF, foi assunto da inquirição de quatro horas e meia ao governador, feita na residência oficial de Águas Claras. Apesar disso, disse Passarinho, horas depois de encerrado o depoimento do governador, a TV já fazia menção ao movimento bancário de pessoas ligadas a Roriz, sendo o assunto abordado com grande detalhamento pelo jornal, no dia seguinte.

“Vocês são jornalistas e sabem que aquela matéria não foi preparada naquela madrugada. Aquilo tudo foi objeto de um vazamento muito anterior. O próprio relator, deputado Roberto Magalhães, disse a vocês que, quando foi a Águas Claras para ouvir o governador, já havia tomado conhecimento de cheques e de informações a respeito dessas pessoas, típicas de uma quebra de sigilo. Ou seja, já tinha ocorrido uma quebra de sigilo bancário, por iniciativa, ao que se supõe, de um servidor do Banco Central, que fez isto sem que a CPI tenha feito qualquer solicitação neste sentido”, explicou Passarinho.

O presidente da CPI explicou ainda que a quebra de sigilo bancário dos deputados distritais que receberam empréstimo do governador e a este fizeram pagamentos não tem nada que ver com o assunto da CPI, que está investigando o

desvio de recursos do Orçamento da União. “Não podemos discutir essa matéria”, frisa Passarinho.

“Eu bem gostaria de saber se o cheque do sr. Valdivino para o governador Roriz significa utilização ilícita de dinheiro do Orçamento. O que pensava, no caso de Roriz, era que poderia haver um desvio de verba destinada ao metrô, e até aqui, não apareceu nada. Essa história de Valdivino com Roriz e o relacionamento deste com os deputados distritais é outro assunto que pode caber, evidentemente, à Câmara Legislativa ou ao Ministério Público. A CPI mesmo não tem nada com isso”, assinalou Passarinho.

O senador Jarbas Passarinho disse que somente pretende convocar depoimentos de pessoas sobre as quais as Subcomissões dispõem de informações surgidas durante a parte investigativa. A quebra de sigilo bancário e fiscal, segundo ele explicou, continuará a ser feita até o esgotamento do prazo da CPI, que mesmo sem tempo para ouvir alguns desses implicados, encaminhará todas as informações para o Ministério Público e para a Polícia Federal, a fim de que se possam iniciar, se for o caso, novas investigações.

Calendário — A CPI conseguiu, enfim, fechar o calendário de tomada de depoimentos dos seis últimos suspeitos de envolvimento com as irregularidades na Comissão de Orçamento do Congresso. O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) será novamente ouvido, desta vez pela Subcomissão de subvenções sociais, a seu próprio pedido, às 9h30 de amanhã (14). O deputado Osmâncio Pereira (PSDB-MG), no plenário, às 9h30; o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), às 16h00. E Jesus Tajra (PFL-PI), às 19h00. No sábado (15), às 10h00, será a vez do deputado Êzio Ferreira (PFL-AM); às 16h00 será ouvido o ex-ministro-chefe Henrique Hargreaves, e às 19h00 o deputado Mussa Demes (PFL-PI). Êzio Ferreira movimentou US\$ 18 milhões e recebeu, de volta de empreiteiras, US\$ 560 mil, segundo a CPI.